

Brasília sediará o próximo fórum do Consad, na última semana de novembro.

PNAGE iniciará nova era administrativa



Reunidos no Pantanal Mato-Grossense, no dia 13 de setembro, os secretários de Administração do país manifestaram a necessidade de os futuros dirigentes governamentais adotarem as diretrizes do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE). Este é o primeiro item da Carta de Cuiabá, consolidada no XLVII Fórum Nacional de Secretários de Administração. Os secretários avançaram nos debates em torno da criação do PNAGE, com o apoio de técnicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O referido programa vem com a proposta de iniciar uma nova era na Administração Pública, mais eficiente, menos burocrática e cada vez mais a serviço dos cidadãos. *Páginas 2, 3, 4 e 5*

Nesta edição

Em benefício dos brasileiros

A presidente do Consad, Maria Cecília Landim, ressalta os objetivos do Consad que, nesse momento de transição política, se sobrepõem a considerações de natureza partidária ou ideológica, na busca da melhoria dos instrumentos da gestão pública, em benefício de todos os brasileiros.

Página 6

Reforma do Estado e o emprego público

A questão do emprego público também foi debatida no XLVII Fórum Nacional de Secretários de Administração, com o indicativo de que as discussões em torno do assunto serão aprofundadas nos próximos encontros.

Os subsídios para as reflexões constam na Carta de Brasília, documento do Consad que aborda a necessidade



de de manutenção do instituto do emprego público no contexto da reforma administrativa. *Página 8*

Editorial

A reinvenção do Estado

Nos últimos quatro meses, os secretários de Administração de todo o país têm concentrado suas atenções e esforços no sentido de viabilizar o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento do Distrito Federal e dos Estados Brasileiros – PNAGE. Os primeiros contornos do programa nasceram no Fórum de Secretários de Administração, realizado em Fortaleza, no início de junho deste ano, com o apoio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem dado todo o suporte técnico para a sua consolidação junto ao Governo Federal e a organismos internacionais financeiros.

Com os recursos do PNAGE, que deverão vir de agentes financeiros internacionais e dos próprios estados brasileiros, os governos estaduais poderão promover a modernização da máquina pública, com a implantação de um modelo administrativo mais eficiente, mais transparente na gestão dos gastos públicos, menos burocrático e mais informatizado, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

As secretarias de Administração, articuladas pelo Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad), têm se dedicado, em seus fóruns, em apontar caminhos concretos que levem à formulação e imple-

mentação de políticas nacionais que venham a melhorar a gestão pública. As discussões em torno do PNAGE é um exemplo dessa dedicação. A partir dele, os governos estaduais, com o apoio e o patrocínio do Governo Federal, estarão aptos a inaugurar uma nova era na Administração Pública, tornando o Estado beneficiador do cidadão brasileiro. Essa, inclusive, é uma exigência do Plano Diretor da Reforma do

Aparelho do Estado, que aponta para a “necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário”.

Nos fóruns do Consad, o tema referente à reforma do Estado adquire relevância particular, com a apresentação de alternativas que visam equacionar o campo de atuação da administração pública. No entender dos secretários, o Estado “expandiu-se enormemente, desen-

volvendo seu campo de atuação e assumindo novas funções econômicas e sociais”. E que hoje há a necessidade de redimensionar o seu papel e suas áreas de atuação, com a promoção da eficiência para atender a sobrecarga de deman-

“necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário”

das, sobretudo na área social.

Assim, torna-se inadiável esse processo de mudanças que irá resgatar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, voltadas para o bem-estar da sociedade brasileira. E que esse processo seja contínuo e duradouro, independentemente do quadro político partidário futuro; uma vez que está em jogo a capacidade do Estado em sua função de atender bem a população.

Expediente

O **Jornal do CONSAD**
é um informativo do Conselho Nacional
de Secretários de Administração

SGON-Área Especial 01,
Quadra 01 CEP:70.610-610 - Brasília - DF
Site: www.consad.org.br

Presidente

Maria Cecília Landim (Distrito Federal)

Vice-Presidente

Ana Benvinda Teixeira Lages (Bahia)

Colegiado

José Anchieta Batista (Acre), Walter de Oliveira Silva (Alagoas) Marivalda Maciel Simões (Amapá), Lourenço dos Santos Pereira Braga (Amazonas), Soraia Thomaz Dias Victor (Ceará), Edinaldo Loureiro Ferraz (Espírito Santo), Jeovalter Correia Santos (Goiás), Luciano Fernandes Moreira (Maranhão), Marcos Henrique Machado (Mato Grosso), Gilberto Tadeu Vicente (Mato Grosso do Sul), Mauro Santos Ferreira (Minas Gerais), Carlos Jehá Kayath (Pará), Antônio Fernandes Neto (Paraíba), Ricardo Augusto Cunha Smijtkink (Paraná), João Rodrigues Filho (Piauí), Rômulo Dante Orrico Filho (Rio de Janeiro), Jaime

Mariz Faria Júnior (Rio Grande do Norte), Elton Scapini (Rio Grande do Sul), Arnaldo Egidio Bianco (Rondônia), Diva de Souza Briglia (Roraima), Dalmo Nogueira Filho (São Paulo), Octávio René Lebarbech Neto (Santa Catarina), João Salgado de Carvalho Filho (Sergipe), Zenaide Cândido Noleto (Tocantins), Joaquim Castro (Pernambuco)

Edição

Maria Félix Fontele (302/03/52 –DRT/GO)
E-mail: imprensa@sga.df.gov.br

CARTA DE CUIABÁ

O Conselho Nacional de Secretários de Administração - CONSAD, reunido no Pantanal Mato-Grossense, na edição do seu XLVII Fórum Nacional, realizado em 13 de setembro de 2002, com a presença dos representantes do Distrito Federal, e dos Estados de Mato Grosso, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, após discussão dos relevantes temas de interesse dos Estados e a necessidade de inserir na agenda política nacional questões que dizem respeito à melhoria da gestão pública, vem manifestar:

I. A necessidade de os futuros dirigentes governamentais adotarem as diretrizes do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal, aprovadas neste Fórum;

II. A importância em fortalecer e aprofundar a discussão sobre os princípios e fundamentos constantes da agenda sobre Reforma do Estado, na direção de um serviço público ágil, eficiente e eficaz que assegure o atendimento das demandas da sociedade.

Pelos demais temas discutidos, pugnar por:

a) Aprofundar estudos sobre o emprego público, como regime jurídico alternativo na Administração Pública Direta;

b) Reconhecer a importância da política de gestão de documentos através de Arquivos Públicos, visando à conservação e guarda dos atos administrativos e o resgate da memória da Administração Pública;

c) Difundir, nos Estados e no Distrito Federal, o ensino à distância (e-learning), através de meio eletrônico, para capacitação dos servidores públicos;

d) Sugerir a adoção, pelos Estados e pelo Distrito Federal, do cartão corporativo como instrumento facilitador da execução de despesas de pequeno porte.

Porto Cercado, no Pantanal de Mato Grosso, 13 de setembro de 2002.

Maria Cecília Landim
Presidente do Conselho Nacional
dos Secretários de Administração



PNAGE

Programa irá revolucionar a Administração Pública

Já estão bem adiantados os entendimentos entre o Consad e o Ministério do Planejamento (MP) para a elaboração das diretrizes que irão compor o Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento do Distrito Federal e dos Estados Brasileiros – PNAGE

Os secretários de Administração e técnicos da Secretaria Executiva do MP avançaram nos trabalhos de apresentação dos elementos que irão compor a Carta-Consulta a ser encaminhada à Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), órgão integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio da Caixa Econômica Federal.

No fórum de secretários, no Pantanal Matogrossense, a assessora Sheila Maria Reis Ribeiro, da Secretaria Executiva Adjunta do MP, fez uma exposição das várias fases do programa, lembrando da sua complexidade por abranger diversas áreas governamentais.

Workshop

No dia 17 de setembro, secretários de Administração e de Planejamento, técnicos do MP e da Caixa Econômica Federal participaram de um workshop, em Brasília, na Escola de Governo da Secretaria de Gestão Administrativa do DF, quando discutiram os itens principais para a elaboração da Carta-Consulta do PNAGE. Prestigiram a abertura do encontro, o secretário executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Pedro César Farias; e o vice-presidente da Caixa Econômica Federal, José Renato Correia Lima. Pedro César Farias destacou, na ocasião, que



os debates em torno do PNAGE marcam o início de uma nova etapa, de uma revisão positiva de valores, incorporando princípios que irão melhorar a qualidade da gestão pública brasileira. Marcelo Vieira Siqueira falou do cronograma a ser seguido, com o encaminhamento da Carta-Consulta pela CEF à Cofix, no início de novembro. A Cofix deverá apreciar a Carta-Consulta até o final de dezembro de 2002. A prepara-



ção do projeto, com início a partir de janeiro de 2003, acontecerá num prazo de 18 meses.

Entre as deliberações do workshop estão a apresentação do programa aos núcleos estratégicos do governo para sensibilizá-los quanto à sua importância; verificação do grau de endividamento dos estados;

identificação de parceiros (rede de articulação); e ainda a formação de um Grupo de Trabalho, e realização de seminários temáticos. O primeiro seminário temático deverá ocorrer na primeira semana de novembro deste ano, quando os se-

cretários e os técnicos do MP vão discutir a situação dos estados e aspectos da reforma administrativa.

Os objetivos do PNAGE

O PNAGE visa modernizar a administração pública do Distrito Federal e dos estados brasileiros, mediante a integração das funções de planejamento, orçamento e gestão, com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos aos cidadãos. O programa trará um impacto positivo para a sociedade em todos os aspectos. Mediante o uso racional dos recursos financeiros, humanos e de tempo, os estados poderão investir mais e melhor em políticas públicas. Inicialmente, o PNAGE visa abranger seis grandes áreas em todos os estados: Reestruturação Organizacional; Políticas e Gestão de Recursos Humanos; Planejamento, Orçamento e Gestão; Tecnologias de Gestão; Tecnologias da Informação e Comunicação; e Modelos de Gestão Descentralizada nos Setores de Saúde, Educação e Segurança.

Reestruturação Organizacional

Implantar novos modelos organizacionais que permitam aos estados e ao DF

PNAGE

a execução de políticas e ações integradas de Governo que garantam a efetividade, transparência e modernização das suas instituições a fim e atender às demandas da sociedade e do cidadão.

Políticas e Gestão de Recursos Humanos

Definir políticas de Gestão de Pessoas de forma a possibilitar a melhoria da qualidade do serviço público, assegurando o desenvolvimento, formação, redimensionamento e capacitação da força de trabalho. Estabelecimento de regimes de contratação, formas de remuneração e de avaliação de desempenho, organização de carreiras, tendo em vistas a necessidade de atender a nova configuração da Administração Pública Gerencial com ênfase nos resultados vinculados a metas institucionais e avaliação dos serviços pelo cidadão. Melhorar a legislação, os cadastros e os processos de Gestão de Pessoas, com o estabelecimento de mecanismos de controle e monitoramento que possibilitem informações gerenciais e racionalização de recursos para pagamento de benefícios previdenciários e adequar o estado aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Modernização do Sistema de Planejamento

Dotar, nos Estados e Distrito Federal, o sistema de planejamento, orça-

mento e gestão de novo modelo organizacional, proporcionando condições e formas de atuação integrada em consonância com as tendências político - institucionais e de gestão pública - nos níveis federal, estadual, municipal. Modernizar os processos de planejamento governamental, desde a formulação de políticas públicas até o orçamento do programa e sua execução, garantindo melhor gerencia-



mento dos planos de governo, maior participação da sociedade, transparência e fidedignidade das informações, com acompanhamento e avaliação continuados.

Tecnologias da Gestão

Desenvolver, implementar e difundir modelos empreendedores de gestão que englobem princípios de qualidade total, participação e controle social, desburocratização, planejamento estratégico e gestão por resultado e gestão do conhecimento.

Tecnologia da Informação e Comunicação

Prover o Estado de infra-estrutura das tecnologias da informação e co-



municação voltados para a modernização do planejamento e da gestão pública, através da capacitação dos servidores, da inclusão digital e da modernização das arquiteturas de hardware, softwares e redes, com foco na integração de sistemas e banco de dados, visando os programas de governança eletrônica tendo como foco a qualidade, a agilidade, a transparência e a economicidade dos serviços prestados.

Gestão Descentralizada nos setores de Saúde, Educação e Segurança Pública

Elaborar e propor novos modelos de organização e de gestão dos setores de saúde, educação e segurança pública, a partir da compatibilização entre a política dos respectivos setores, as normas e os princípios da gestão pública gerencial, em consonância com a CF 88 e as estratégias de municipalização, publicização e demais formas de descentralização.

Localização do Projeto

Nos Estados Brasileiros

Aplicação

O mutuário do PNAGE será a Caixa Econômica Federal (CEF). Os sub-mutuários, os estados, por intermédio de assinatura de subempréstimos com a CEF. A garantia será dada pela União e o agente financeiro, que poderá ser o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O custo total do programa hoje é de US\$ 308 milhões.



Discurso

Os elevados objetivos do Consad

Maria Cecília Landim*

A presidente do Consad agradeceu ao governador Rogério Salles o apoio oferecido ao XLVII fórum, realizado em Mato Grosso, e deu as boas vindas aos secretários de Administração que dedicaram parte de seu valioso tempo à reflexão sobre temas de grande relevância para o país

Hoje, já se consolida no espírito dos governantes e da própria população a consciência da importância das Secretarias de Administração, no seu papel discreto, porém fundamental, de oferecer os meios logísticos e estratégicos ao conjunto do governo, para que atinja com agilidade, transparência e eficácia os seus objetivos. Os elevados objetivos do Consad se sobrepõem a considerações de natureza partidária ou ideológica, pois a nossa busca da melhoria dos instrumentos da gestão pública se realiza em benefício de todos os brasileiros.

Neste momento, a vida nacional está imersa no clima de debate eleitoral que precede o primeiro turno das eleições de 2002. Presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais serão escolhidos pelo voto direto, livre e universal, em uma campanha que se desenvolve, em geral, com total liberdade e em ordem, demonstrando o grau de maturidade política alcançada pelo povo brasileiro, que, com rapidez, vem assimilando, ao longo destes 17 anos de plenitude democrática, os ensinamentos proporcionados pela prática do voto, reafirmando acertos e corrigindo erros, a cada pleito. Nesse processo de saudável alternância democrática, o Consad consolida-se cada vez mais como o articulador estratégico da permanência do princípio do federalismo, quando representa a memória das experiências passadas e o elo entre as administrações que terminam e aquelas que se iniciam.

Na hora presente, cabe refletir sobre as delicadas condições em que se darão as mudanças na Presidência da República, nos governos estaduais e nos parlamentos, o que só contribui para aumentar o grau de nossa responsabilidade, enquanto instância de interlocução privilegiada dos estados entre si e das unidades federadas com a União. Tivemos



oito anos de estabilidade da moeda e de amplas reformas nos vários níveis de poder público, voltadas para a racionalização e modernização administrativa, que eram imperativos internos, reclamados pela própria sociedade, e imperativos externos, determinados pela nova ordem mundial. Não poderia o Brasil permanecer ilhado em uma concepção protecionista e intervencionista do estado, enquanto o planeta se integrava sob os auspícios da desestatização das economias e da abertura dos mercados.

Partidos políticos dos mais diversos horizontes ideológicos, salvo raras exceções, reconhecem que essas mudanças, verificadas na forma de condução dos negócios do Estado, são irreversíveis e não tenho notícia de lideranças expressivas e respeitáveis pregando o retorno ao *status quo* anterior.

O Estado unitário, herdado da era colonial, deu lugar ao Estado federativo, que ainda hoje está se constituindo e se consolidando. Cada vez se afirma no espírito de todos a necessidade de se fortalecer estados e municípios para que se fortaleça a própria Federação. As turbulências econômicas em outros países da América do Sul, as oscilações do mercado financeiro mundial e as perspectivas sombrias de alastramento de conflitos armados e da eclosão de outros embates ainda mais amplos e devastadores, na Ásia e Oriente Médio, terão, sem nenhuma dúvida, repercussões importantes na vida econômica do nosso país. Essa circunstância torna ainda mais necessária a busca dessa coesão de estados autônomos, prósperos e bem administrados, para que a Nação se apresente ao mundo como um

todo harmônico e solidário.

Deve o novo governante de bom senso reconhecer e acatar as iniciativas e inovações dos seus antecessores que produziram bons frutos e, após reflexão madura, avaliar a necessidade de mudanças. Porém, não deve a população ser penalizada, no atendimento de suas demandas cotidianas, pela brusca suspensão ou alteração radical de serviços públicos, motivada, muitas vezes,

pelo capricho de um dirigente que tem por propósito apenas apagar os vestígios da passagem de seu antecessor.

É nosso dever alertar os novos governantes para que compreendam a importância do segmento que representamos que, muito embora não desenvolva ações de grande visibilidade, como as obras de infra-estrutura ou as políticas sociais, é o setor responsável pelas mudanças na mentalidade e no desempenho do servidor e pela promoção da continuidade sem continuísmo. Cabe, portanto, a nossa área de atuação a árdua mas profícua missão de oferecer condições suficientes para que os servidores se sintam estimulados e preparados para desempenhar corretamente seus deveres, levando em conta a necessidade de conciliar o interesse público com o interesse do servidor.

Concluo minhas palavras dizendo que não nos cabe criar expectativas quanto ao efetivo aproveitamento de nossas proposições. Importa-nos, sim, cumprir o nosso dever, enquanto servidores do estado e como cidadãos a serviço dos demais cidadãos, que é o de colocar à disposição dos novos dirigentes a experiência, informação e a base técnica que detemos, para que possam formular com realismo, conhecimento de causa e largueza de horizontes suas propostas de governo no campo da gestão administrativa.

** Maria Cecília Landim é presidente do Consad. O texto acima é um resumo de seu discurso proferido na abertura do XLVII Fórum de Secretários de Administração.*

Estados

Mato Grosso

Aprendizagem em tempo real e resgate da memória

O secretário de Administração de Mato Grosso, Marcos Henrique Machado, apresentou uma experiência inovadora em ensino informatizado à distância, desenvolvida com sucesso em seu estado a partir de abril deste ano. Trata-se da tecnologia do e-learning, conceito que pressupõe a utilização dos recursos multimídia e da Web para informar, formar e capacitar pessoas

O portal da Secretaria de Administração de Mato Grosso é destinado à formação e capacitação de servidores do estado que, com essa nova ferramenta, têm acesso a vários cursos, entre eles os de redação e de informática. O programa, executado pela Escola de Serviço Público de MT, permite a comunicação em tempo real entre alunos e professores, com garantia de aprendizagem. A superintendente da Escola de Serviço Público, Célia Regina Arraes da Costa; e o professor Éder Renato Pinto lembraram que o programa tem capacidade para receber 50 mil conexões simultâneas. O que significa que os servidores de Mato Grosso têm acesso imediato ao portal, muitos deles estabelecidos no interior do estado, a mais de mil quilômetros da sede da Escola de Serviço Público. Os servidores, de vári-



as localidades, são monitorados por instrutores e podem compartilhar um conteúdo enriquecido por imagens em movimento e sons e intercambiar percepções entre eles.

Para acessar os cursos interativos, o servidor deve se cadastrar, receber um e-mail de confirmação da inscrição e uma senha. Além de ganhar o curso grátis, ele pode pesquisar na biblioteca virtual, assistir ou ouvir palestras exclusivas e tirar dúvidas com o professor virtual. A frequência do curso é exclusivamente na Internet, com horários de aulas pré-determinados. O aluno pode ainda fazer download de material didático adicional, interagir com o professor ou com outros alunos mediante bate-papo, fórum ou e-mail. Ao final do curso, os alunos que obtiveram 75% de frequência receberão o atestado de participação do curso e, em seguida, o certificado.

Outra experiência bem sucedida da Secretaria de Administração de MT é a da nova gestão de documentos como meio de modernizar e tornar eficiente a Administração Pública. O superintendente do Arquivo Público de Mato Grosso, Clementino Nogueira de Souza, apresentou aos participantes do XLVII Fórum Nacio-

nal de Secretários de Administração os diversos trabalhos realizados no sentido de resgatar a memória do estado. Foi feita a microfilmagem de toda a documentação dos séculos XVIII, XIX e XX, do Império à República. Sua equipe também microfilmou todas as edições do Diário Oficial de 1990 a 2001. Hoje, segundo Clementino, há mais de 10 milhões de

documentos digitalizados, incluindo toda a documentação do governo.

Cartão corporativo

O governo de Mato Grosso também apresentou os resultados de uma experiência que tem contribuído para a melhoria da gestão dos recursos públicos. Trata-se do Cartão Corporativo, implantado em parceria com o Banco do Brasil, mecanismo moderno de pagamento e que permite aos governos o gerenciamento e acompanhamento de seus gastos. Além de Mato Grosso, os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná possuem o Cartão Corporativo. Os estados do Acre, Amazonas e Goiás estão em fase de implantação do cartão. E, em breve, essa experiência deverá ser expandida para outras localidades.

Representantes do Banco do Brasil expuseram, no fórum de secretários, os vários benefícios que o cartão traz para os estados, entre elas a ampla aceitação no mercado, gerenciamento de limite de despesas, administração da política de despesas com viagens, informações detalhadas e claras dos gastos já realizados, poder de negociação com fornecedores, simplificação e redução de despesas no processo de compras e instrumento de controle de diretrizes internas.



Emprego público

Os secretários de Administração têm focalizado, em suas discussões, a questão do Emprego Público, tema que deverá ser intensificado nos próximos fóruns do Consad. No fórum de Mato Grosso, eles decidiram aprofundar estudos referentes ao assunto. Um dos subsídios é a Carta de Brasília, encaminhada ao secretário executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Pedro César de Farias. Abaixo, a íntegra da carta

Carta de Brasília

Com a promulgação da emenda Constitucional nº 19 em 04 de junho de 1998, foi iniciado grande esforço pelos Estados Brasileiros no sentido de implantar a reforma administrativa do setor público, com ênfase em modelo gerencial voltado para resultados e com foco no cidadão. Nesse contexto, surgiu o instituto do emprego público, dentre outras regras, com o esforço de racionalizar a administração dos recursos humanos, propiciando à Administração dispor de dois regimes alternados, sendo um sujeito às regras da CLT e outro vinculado às normas do regime estatutário.

A adoção do regime de emprego tem propiciado, sem dúvida, as condições de flexibilização das relações do trabalho, mais eficiência no setor público com embasamento nas seguintes premissas:

? A absorção dos antigos empregados de empresas públicas, em processo de extinção pela reestruturação do Poder Executivo, não poderia implicar na mudança do regime jurídico celetista para estatutário;

? Redução dos custos previdenciários, em vista do regime estatutário impor à Administração Pública custos mais elevados com o pagamento de aposentadoria e pensão, pois a garantia constitucional de revisão desse benefícios, independentemente de contribuição, sempre que os cargos originários sofrerem alteração na remuneração, não é aplicável aos celetistas que ficam submetidos ao Regime Geral de Previdência Social;

? O alto custo da mão-de-obra terceirizada, utilizada como mecanismo facilitador de reposição imediata de pessoal auxiliar, apesar de flexibilizar a sua substituição por ineficiência ou improdutividade, sem qualquer dificuldade para a Administração Pública, incorpora valores às despesas de pessoal por força de disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

? A possibilidade de conceder aos celetistas vantagens financeiras e direitos funcionais, conferidos aos servidores estatutários, sem gerar obrigações futuras de manutenção desses benefícios por ocasião da aposentadoria;

? A manutenção do regime jurídico estatutário, em especial, para os funcionários que exercem funções em áreas exclusivas do Estado que necessitam da proteção do instituto da estabilidade;

? Admissão de pessoal técnico, burocrático e auxiliar, que tenha correspondência no setor privado e com ele possa

ou venha a concorrer, por prazo indeterminado e através de concurso público, enquanto perdurar a necessidade dos respectivos postos de trabalho.

Como consequência, os estados puderam equacionar não só a questão dos servidores originários das empresas extintas que, por força das medidas de adequação das estruturas organizacionais, vieram a ser absorvidos pela chamada Administração Direta, bem como, adotar o regime celetista para admissão, por concurso público, em atividades de apoio operacional, onde há necessidade constante de renovação de mão-de-obra, quer pela natureza da atividade, pelos avanços tecnológicos sistemáticos ou ainda pelo oferecimento de melhores salários, gerando grande rotatividade de mão-de-obra.

Atualmente já se evidenciam os resultados bastante positivos no âmbito da administração estadual na adoção do regime de emprego, destacando que, em alguns estados, a hipótese de sua extinção ensejará um verdadeiro caos administrativo visto que essa forma de admissão já abrange grande parte das atividades, inviabilizando a realização de programas de governo em áreas essenciais, tais como serviços hospitalares, conservação de rodovias, serviços gráficos, vigilância patrimonial.

Assim, o Consad diante da possibilidade do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade que objetiva banir do bojo da reforma administrativa o instituto do emprego público, vem manifestar a total apreensão de que possa a Alta Corte deliberar naquele sentido, acarretando incalculáveis prejuízos para a esfera estadual, inclusive de seus combalidos cofres que serão obrigados a demitir grande contingente de servidores, em torno de 10.500, comprometendo as atividades públicas, com prejuízos para a sociedade.

O Consad espera que sejam levados ao Supremo Tribunal Federal, não apenas os argumentos jurídicos, mas também os importantes aspectos administrativos que vêm permitindo aos governos estaduais reduzir custos operacionais e agilizar o desenvolvimento da máquina pública, com base no concurso de profissionais contratados a partir de referenciais adotados no mercado de trabalho em geral. Tal condição é indispensável para fazer frente às demandas crescentes de uma sociedade dinâmica e cada vez mais madura e exigente.

Maria Cecília Landim
Presidente do Consad